

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 356/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominado o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos dos artigos 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011; e 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Rafael de Souza Mantilha	3º	15.8.2023

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 367/2024-PGJ, DE 31.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Luciano Cardoso da Silva, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 24.11.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 399/2013-PGJ, de 25.3.2013, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.00012391-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 376/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Idalino Goularte Junior, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Anastácio, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 15 a 23.2.2024, em razão do afastamento da servidora Thaíza Barbosa Marques, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 377/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Luciana Agüero Rivas Cavassa, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo do Corpo Técnico de Contabilidade de 18 a 31.1.2024, em razão de afastamento do titular, Carlos Henrique de Brito Gomes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 378/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Isadora Silva Queiroz, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Inocência, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 2 a 11.9.2024, em razão do afastamento da servidora Isadora Souto Freitas, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 379/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 30ª Promotoria de Justiça da referida Comarca em 15 e 16.2.2024 e de 19 a 28.2.2024, em razão de afastamento da servidora Letícia Sousa Gonçalves, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 380/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Andressa Cecon Bidutti Souza, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 66ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 65ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 29.1 a 7.2.2024, em razão de afastamento do servidor Osni Antonio Butzhy Andrade Netto, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 381/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Renan da Silva Ovando, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 25.1 a 8.2.2024, em razão de afastamento do servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 382/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Jader Silva de Melo Alves, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 67ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 8 a 16.1.2024, em razão de afastamento do servidor Rony Pedroso Vasques, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 383/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

**R E S O L V E :**

Autorizar à servidora Thainan Pimenta Viana Viveiros, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, de 22.1. a 31.5.2024, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2024.00000737-2).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-109/2024/PGJ, DE 1.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Fabio Zuleger Petelin, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 15.4 a 4.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 384/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerido pela servidora Claudia Vargas dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, tendo em vista contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 201, § 9º, da Constituição Federal; 179 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990; e 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2023.00013223-1):

TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
6 (seis) anos, 4(quatro) meses e 16 (dezesesseis) dias	1º.6.1987 a 16.10.1993	Auxiliar de escritório	Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-109/2024/PGJ, DE 1.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Fabio Zuleger Petelin, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 15.4 a 4.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-110/2024/PGJ, DE 1.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Nayara Lino Ruas, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.5.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-111/2024/PGJ, DE 1.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Thyago Gonçalves Vieira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.5.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.3 a 3.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-112/2024/PGJ, DE 1.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Gustavo Rocha Lobato, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas no período de 29.7 a 17.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.3 a 3.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-113/2024/PGJ, DE 1.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Kellen Ferreira Nunes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 21 a 30.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-114/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Edmilson Dutra Nogueira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.4.2024 e de 17 a 26.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-115/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Cristiane Aparecida Cazeiro, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.1 a 12.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-116/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luana Nunes da Costa Pepino, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-117/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Érika Maranhão de Castro, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.10.2024 e de 19 a 28.2.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 10 a 19.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-118/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Felipe Aquino Paz Saccenti, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.10.2024 e de 19 a 28.2.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.9.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-119/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luciane Freitas de Lima, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.7.2024 e de 13 a 22.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-120/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-458/2023-PGJ, de 5.5.2023, que concedeu férias ao servidor Farley Leles Froes Medeiros, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 15 a 24.7.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-121/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Gina de Rezende Matias, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 1º a 20.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-122/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Magno Fernando Carbonaro Souza, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.11.2024 e de 5 a 14.5.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-123/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Israel Ribeiro de Souza, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.1.2025 e de 13 a 22.10.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-124/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Gabriela Marins Gomes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 29.7 a 7.8.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-125/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1010/2023-PGJ, de 11.9.2023, que concedeu férias à servidora Selma Goncalves, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 1º a 10.10.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 14 a 23.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-126/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-18/2024-PGJ, de 11.1.2024, que concedeu férias à servidora Zilia Franco Godoy, de forma que, onde consta: "bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 3 a 22.1.2025", passe a constar: "bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-127/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Otavio Laurindo da Silva Neto, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 15.4 a 4.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-128/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Claudio de Jesus Duarte Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.10.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-129/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Yasmin Aparecida Rodrigues Rezende, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-130/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Elpidio Junior Das Neves Lima, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 25.3 a 3.4.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-131/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-45/2024-PGJ, de 17.1.2024, que concedeu férias ao servidor Victor Fernandes Miralles de Oliveira, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 29.4 a 18.5.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 6 a 25.5.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018- PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-132/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Andressa Miranda Auto Vale, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, no período de 23.11.2023 a 21.3.2024, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 22.3 a 20.5.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009- PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-133/2024/PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidora Camila Ramalho Mendes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.1.2024 e de 15 a 24.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 03/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00000189-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianca Karina Barros da Costa

Donatária: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande/MS - SISEP, representada por seu Secretário, Ednei Marcelo Miglioli

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 11 de janeiro de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Estação de trabalho/mesa	3
2	Tela decorativa	1
3	Armário alto	5
4	Gaveteiro	5
5	Estante	1
6	Suporte para CPU	5
7	Aparelho de ar-condicionado	2
8	Poltrona/cadeira	11
9	Armário baixo	2
10	Escada	2
TOTAL DE ITENS		37

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 04/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00000193-4

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianca Karina Barros da Costa

Donatário: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua de Campo Grande/MS – Centro POP, representado por sua Coordenadora, Catiane Duarte Diniz Rezende

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 12 de janeiro de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Poltrona/cadeira	9
2	Aparelho de ar-condicionado	2
3	Armário alto/baixo	6
4	Mesa	5
TOTAL DE ITENS		22



EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 07/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00000894-9

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Terceira Igreja do Nazareno em Campo Grande/MS, representada pelo Pastor Titular, João Claudio de Oliveira Varella

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 25 de janeiro de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	CPU	5
2	Monitor de LCD	5
3	Impressora	1
4	Armário de aço/madeira	2
5	Mesa	2
6	Cadeira	10
TOTAL DE ITENS		25

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 70/2023

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00011965-0

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Paróquia Divino Espírito Santo de Rio Brilhante/MS, representada por seu Presidente Frei, Monízio Silvio de Campos

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 5 de dezembro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Fogão 4 bocas	1
2	Botijão de gás	2
TOTAL DE ITENS		3

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 74/2023

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00012973-7

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Toca de Assis Irmãs de Dourados/MS, representada por sua Representante Legal, Paula Alcântara Oliveira Pereira

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 14 de dezembro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	CPU	1
2	Notebook	2
3	Monitor	2
TOTAL DE ITENS		5



**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 75/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00012974-8

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Instituto AEFA de Campo Grande/MS representado por seu Presidente, Celio Dias Barrios

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 14 de dezembro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Impressora	1
2	Notebook	2
3	CPU	2
4	Monitor	4
TOTAL DE ITENS		9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.01 AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E SED**

Processo: 09.2022.00001665-2

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

**2- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Educação**, neste ato representada por seu Secretário, **Hélio Queiroz Daher**.

Amparo legal: Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003, e alterações posteriores, na Resolução SEFAZ N 2.093, de 24 de outubro de 2007, na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e, no que couber, Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação Técnica até 31.12.2026.

Vigência: 07.02.2024 até 31.12.2026.

Data da assinatura: 1º de fevereiro de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 65/2023. REPUBLICA-SE**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00010544-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande - MS

Objeto: Acompanhar as providências do Município de Campo Grande, com fundamento no poder de polícia administrativa, notadamente aquelas necessárias para o ajustamento de conduta ao que determina a legislação e a técnica pertinentes, em relação à atividade desenvolvida pela empresa J&W Comercial de Madeiras Ltda (unidades Júlio de Castilho, Av. Tamandaré e Av. Três Barras).

Campo Grande, 17 de Outubro de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Jonathan Miguel Santos Oliveira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925537-57.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Jonathan Miguel Santos Oliveira e vítima Jézica de Paula Dias, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”





## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Jhonathan Santos de Andrade a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925409-37.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Jhonathan Santos de Andrade e vítima Elisa Cristina de Amorim Silva, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Ronaldo da Silva Moreira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925328-88.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Ronaldo da Silva Moreira e vítima Carmelita Oliveira Barros da Silva, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>4</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Izidio Pereira de Jesus a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925056-94.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Izidio Pereira de Jesus e vítima Edith Garcia da Luz, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 30 de janeiro de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

2 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**Nº MP 08.2022.00199857-0****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Thalyson Fernando Moraes da Silva, investigado, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0032483-07.2022.8.12.0001, em que consta como vítima Fabio Henrique dos Santos Silva, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 1º de fevereiro de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0002/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00214281-0 em que constam como investigado J. B. N. D. A. e vítima A. O. D. S. conforme se transcreve: “verifica se que não há justa causa para o ajuizamento de ação penal, diante da insuficiência de elementos a sustentarem a peça acusatória.”

Campo Grande/MS, 09 de janeiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 208/2021 – 2ªDP, autos n. 0021739-84.2021.8.12.0001, em que consta como vítima Karoline Moraes Martinez, conforme se transcreve: “Ante a ausência de justa causa, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de oferecer denúncia, e arquivar o presente Inquérito Policial, ressalvada, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.

Campo Grande, 24 de janeiro de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA

Promotora de Justiça

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>6</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 589/2022 - 5ªDP, autos n. 0032134-04.2022.8.12.0001, em que consta como investigado Antônio Ribeiro de Farias, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em face da ausência de justa causa, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial.

Campo Grande, 24 de janeiro de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 236/2023 - 3ªDP, autos n. 0901546-16.2023.8.12.0110, em que consta como investigado Bruno de Jesus Leuvio, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, ante a ausência de fato típico a ser perseguido, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de ofertar denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial.

Campo Grande, 24 de janeiro de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>8</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 147/2023 - 3ªDP, autos n. 0916146-78.2023.8.12.0001, em que consta como vítima Dalva Batista Coelho, conforme se transcreve: “Ante a ausência de justa causa, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de oferecer denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvada, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.

Campo Grande, 24 de janeiro de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 252/2023 - 6ªDP, autos n. 0918022-68.2023.8.12.0001, em que consta como investigado Ivan Cesar Brito, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de ofertar denúncia, e arquivar o presente Inquérito Policial.

Campo Grande, 24 de janeiro de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>10</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 5216/2023 - 3ªDP, autos n. 0923516-11.2023.8.12.0001, em que consta como vítima André de Jesus e investigado Bruno de Jesus Leuvio, conforme se transcreve: “Desta forma, ante a ausência de provas consistentes da autoria do delito, entendo não existir justa causa para oferecimento de denúncia. Ante ao exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de ofertar denúncia e arquivar o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande, 24 de janeiro de 2024

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

### ANASTÁCIO

**MP N.: 09.2024.00000836-0**

**EDITAL N.º 0001/2024/PJ/ANC**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Anastácio– MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00000836-0, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, Anastácio-MS - CEP 79210-000 Telefone: (67) 2020-9314. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00000836-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Interessados: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Centro de Referência Especializado em Assistência Social e a Delegacia de Polícia Civil de Anastácio/MS.

Assunto – Acompanhar a implementação de Fluxo de Atendimento Integrado e do Protocolo de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes, visando a dinamização da interação entre os atores do sistema de garantia de direitos no âmbito do Município de Anastácio/MS, em atenção à Lei n. 13.431/2017.

Anastácio, 29 de janeiro de 2024

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## CASSILÂNDIA

## INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2021.00000161-1

## RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2024/01PJ/CLA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, competindo-lhe a defesa do Patrimônio Público e Social, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre eles a defesa do patrimônio público (art. 129, incisos II e III, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>11</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que o artigo 37, *caput*, da Constituição Federal e o artigo 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelecem que a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que foi instaurado nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil nº 06.2021.00000161-1 objetivando “*apurar eventual ato de improbidade administrativa, conforme elementos de informação do processo administrativo nº 126/2020 em relação à contratação de DOVANILIO FERREIRA EIRELI*”.

CONSIDERANDO que no curso do procedimento investigatório constatou-se que o Município de Cassilândia/MS contratou irregularmente, por meio de compra direta<sup>12</sup> e dispensa de licitação<sup>13</sup>, o prestador de serviços Dovanilio Ferreira – Eireli;

CONSIDERANDO que, somente após o pagamento ao citado prestador totalizar R\$18.000,00<sup>14</sup>, foram adotadas providências para realização de procedimento licitatório, o que ocorreu por meio pregão presencial nº 080/2020 – processo administrativo nº 531/2020;

CONSIDERANDO que tal conduta revela ausência de planejamento prévio da administração pública para aquisição de bens e contratação de serviços.

CONSIDERANDO que como exigência formal para os contratos administrativos, a lei implica a realização de

11 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

12 1) Por meio da nota de empenho nº 213 de 21/01/2020 (fls. 131, 445) – ordem de pagamento nº 18/47 de 29/01/2020 (fls. 130, 445, 602), utilizando-se da modalidade de compra direta, a Prefeitura pagou R\$ 3.000,00 à empresa Dovanilio Ferreira referente à locação de prancha no mês de dezembro de 2019; 2) por meio da nota de empenho nº 377 de 05/02/2020 (fls. 117, 446, 613) – ordem de pagamento nº 41/30 de 04/03/2020 (fls. 116, 446, 612), utilizando-se da modalidade de compra direta, a Prefeitura pagou R\$ 3.000,00 ao prestador Dovanilio Ferreira relativo ao serviço de locação de prancha no mês de janeiro de 2020.

13 Dispensa de licitação nº 025/2020 – processo administrativo nº 126/2020 (fls. 141/142, 150), contrato nº 043/2020 (fls. 162/168, 479/485), pelo período de 04 meses (28/02 a 28/06/2020), ao valor de R\$12.000,00, sendo empregado para tanto a nota de empenho nº 746/2020 de 10/03/2020 (fls. 100, 447) e as ordens de pagamento nº 52/3 de 18/03/2020, 62/2 de 03/04/2020, 76/3 de 27/04/2020, e 99/4 de 25/05/2020 (fls. 73, 82, 91, 101, 447, 486, 495, 504, 513).

14 A época a dispensa de licitação para serviços era permitida até R\$ 17.600,00 - Conforme previsão contida no artigo 24, inciso II, cumulado com artigo 23, inciso II, alínea 'a', da Lei Federal nº 8.666/93, com atualização do valor contido no artigo 1º, inciso II, alínea 'a', do Decreto nº 9.412/2018.



procedimento licitatório, salvo nos casos de dispensa ou inexigibilidade, casos em que, ainda assim, deverá haver o devido procedimento com a justificativa da não realização do certame, conforme dispõe o artigo 26, parágrafo único, da antiga Lei de Licitações – Lei nº 8.666/93, e artigo 72, da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

*Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.*

*Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;*

*II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III - justificativa do preço.*

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

*V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*

*VI - razão da escolha do contratado;*

*VII - justificativa de preço;*

*VIII - autorização da autoridade competente.*

*Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.*

CONSIDERANDO que o artigo 62<sup>15</sup>, da Lei nº 8.666/93, e artigo 95<sup>16</sup>, da Lei nº 14.133/2021, prevê hipóteses em que o contrato será facultativo, situações em que se admite a formalização por intermédio de carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

CONSIDERANDO, contudo, que nesse ponto é preciso salientar que, ainda que exista contrato administrativo por via de assinatura de, por exemplo, uma nota de empenho, o ato administrativo aperfeiçoa-se quando completados todos os atos jurídicos necessários à formalização;

CONSIDERANDO que isso ocorre porque tais exigências funcionam como instrumentos de controle interno e externo da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a inexistência de um procedimento prévio e escrito de dispensa ou inexigibilidade geram irregularidades e até mesmo nulidades nos atos administrativos;

CONSIDERANDO que a gama de atribuições extrajudiciais advindas com a Constituição Federal de 1988 trouxe ao Promotor de Justiça a necessidade de adotar uma postura proativa e resolutiva em relação aos conflitos sociais, concentrando os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas comunitários.

RECOMENDA ao Prefeito Municipal de Cassilândia/MS, Excelentíssimo Senhor Valdecy Pereira da Costa, que, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Cassilândia/MS:

15 Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

16 Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.





- 1) Respeitar o regramento previsto em Lei para os casos de compra direta, dispensa ou inexigibilidade de licitação, com solicitação/manifestação prévia de um órgão ou autoridade no sentido de promover uma contratação;
- 2) Proceder abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolizado e numerado, contendo autorização para a compra ou contratação da obra ou serviço, conforme artigo 38, *caput*, da Lei 8.666/93 e 17 da Lei nº 14.133/2021;
- 3) Elaborar parecer técnico ou jurídico, devendo, para tanto, examinar: justificativa da dispensa ou inexigibilidade, razão de escolha do fornecedor, justificativa do preço;
- 4) Julgar a pertinência ou não da realização de licitação, cuja decisão poderá ter singela motivação se acolher o parecer antes referido e se este estiver bem fundamentado;
- 5) Incluir no respectivo procedimento de contratação direta a perfeita indicação do objeto pretendido pela Administração; minuta do contrato a ser firmado; comunicação a autoridade superior; ratificação da dispensa ou inexigibilidade com publicação da decisão ratificadora; assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente (nota de empenho, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução) pelo Chefe do Executivo.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da presente, do acolhimento ou não da Recomendação.

Informamos que a presente dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas judiciais cabíveis para correção da irregularidade e responsabilização dos agentes públicos.

Cientifique-se o Prefeito do Município de Cassilândia/MS para que informe, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Para ampla divulgação, determino a expedição de minuta de ofício e remessa de cópias da presente Recomendação:

- I. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMPMS;
- II. À Câmara de Vereadores de Cassilândia/MS;
- III. Ao setor jurídico do Poder Executivo Municipal;
- IV. Ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

Com a resposta do Município, ou decorrido o prazo concedido, voltem os autos imediatamente conclusos.

Cassilândia/MS, 31 de janeiro de 2024.

MAYARA SANTOS DE SOUSA  
Promotora de Justiça





---

**ELDORADO**

---

**SAJ/MP N. 06.2022.00000600-0****INQUÉRITO CIVIL****RECOMENDAÇÃO N. 0001/2024/PJ/EDD**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça que esta subscreve, atuando na Promotoria de Justiça de Eldorado, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com base nos arts. 127 e 129, incisos II e III da Constituição Federal, combinados com art. 26, inciso I, da Lei 8.625/93 e art. 27, I da Lei Complementar Estadual n. 72/1994 e art. 2º da Resolução n. 015/2007-PGJ;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal determina ser função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como o dever de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados no texto constitucional, além de promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção da probidade administrativa - direito difuso por excelência, conforme dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); e art. 1º, inciso IV, da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública);

CONSIDERANDO que o art. 37, caput, da Constituição Federal dispõe que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o art. 35 e parágrafos, da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) define obrigações contratuais e de participação do idoso no custeio da entidade de longa permanência ou casa-lar;

CONSIDERANDO que *"A Instituição de Longa Permanência para idosos deve celebrar contrato formal de prestação de serviço com o idoso, responsável legal ou Curador, em caso de interdição judicial, especificando o tipo de serviço prestado bem como os direitos e as obrigações da entidade e do usuário em conformidade com inciso I do art. 50 da Lei nº 10.741, de 2003"* (art. 12 da Resolução RDC n. 502, de 27 de maio de 2021);

CONSIDERANDO as diligências realizadas neste Inquérito Civil n. 06.2022.00000600-0, com o fim de apurar eventuais irregularidades no uso das verbas recebidas pelo Lar dos Idosos e Deficientes Físicos de Eldorado, bem como nas prestações de contas, especialmente no que tange à cobrança de participação dos idosos no custeio da entidade, ao procedimento para recebimento dos benefícios dos idosos e à destinação dos valores que excedem ao percentual cobrado para custeio;

RESOLVE, em defesa dos direitos dos idosos, sobretudo sob a ótica dos princípios da proteção integral e do melhor interesse, **RECOMENDAR** à Diretoria do Lar dos Idosos e Deficientes Físicos de Eldorado, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais, que:

01 - Nos procedimentos contábeis internos, sejam observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), regulamentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), especialmente (mas não somente) os seguintes aspectos:

- a) As receitas e as despesas devem ser reconhecidas no período a que se referem e não no período em que foram pagas ou recebidas.
- b) Sejam os créditos registrados com documentos comprobatórios, não apenas por extratos bancários.
- c) Na elaboração de planilhas, sejam identificados os responsáveis e contenham suas assinaturas.
- d) Na elaboração de planilhas, sejam lançados os mesmos valores daqueles existentes em extratos e documentos, evitando-se erros de digitação e/ou transcrição.
- e) Na elaboração de planilhas, seja lançado como débito aquilo que realmente se tratar de débito e como crédito aquilo que realmente se tratar de crédito, evitando-se a inversão.
- f) Sejam digitalizados documentos comprobatórios de despesas e receitas, tais como cheques, formando



um cadastro de rápido acesso e consulta.

g) Na soma de parcelas em planilhas, atentar-se para que o cálculo seja feito de forma correta.

h) Perfeita identificação e individualização dos valores que ingressam nas contas correntes (Fundo Municipal de Assistência, contribuição dos internos, doações, etc).

i) Comprovar pagamentos de despesas com respectivos recibos e/ou notas fiscais.

j) Seja a cota de integralização de capital, descontada pela Cooperativa Sicredi, incluída como despesa nos procedimentos contábeis.

02 - Sejam definidas quais receitas e quais despesas serão movimentadas em cada uma das contas bancárias em nome da entidade, evitando-se confusões, divergências e equívocos contábeis.

03 - Sejam realizados aditivos aos contratos já existentes dos internos, bem como seja feita alteração para contratos futuros, delimitando-se quais são as despesas da entidade remuneradas pela cobrança dos 70% de cada interno.

04 - Nos meses em que um interno tenha redução em seus benefícios recebidos, sejam os 70% calculados sobre o valor real recebido pelo interno, não sobre valores médios ou costumeiramente recebidos em períodos anteriores.

05 - Sejam ressarcidos aos internos os valores que, conforme Relatório de Análise Técnica n. 033/DAEX/CORTEC-CE/2023 (que é entregue junto a esta recomendação), superaram os 70% sobre os benefícios recebidos.

06 - Seja criada uma metodologia oficial, documentada e clara, na prestação de contas, que permita analisar pormenorizadamente o que é feito com o valor do benefício de cada interno que excede os 70% destinados à entidade.

Concedem-se os seguintes prazos:

(i) 10 dias úteis para que a Diretoria do Lar dos Idosos e Deficientes Físicos de Eldorado comunique formalmente ao Ministério Público se esta Recomendação será acatada;

(ii) 90 dias corridos para que a Diretoria do Lar dos Idosos e Deficientes Físicos de Eldorado encaminhe, a esta Promotoria de Justiça, documentação hábil a comprovar as medidas adotadas para cumprimento de cada item desta Recomendação.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção aos idosos de que trata esta Recomendação.

A presente Recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Notifique-se, pessoalmente, a atual Diretoria do Lar dos Idosos e Deficientes Físicos de Eldorado, na pessoa de seu Presidente, com cópia desta Recomendação e do Relatório de Análise Técnica n. 033/DAEX/CORTEC-CE/2023 (fls. 95/121).

Encaminhe-se cópia desta Recomendação, eletronicamente, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso - CAOCCI, para conhecimento.

Publique-se no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP).

Cumram-se.

Eldorado/MS, 31 de janeiro de 2024.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS  
Promotor de Justiça



---

**IVINHEMA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial, autos SAJTJ n. 0000014-98.2024.8.12.0012, SAJMP n. 08.2024.00003214-9, em que constam como investigado Geovane Prado Santos e vítima Natanael Araujo Correia, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual promove o arquivamento deste feito, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal e, por consequência, pugna pela revogação da prisão preventiva do investigado”.

Ivinhema, 01 de fevereiro de 2024.

DANIEL DO NASCIMENTO BRITTO  
Promotor de Justiça

---

**MUNDO NOVO**

---

**EDITAL N. 0003/2024/02PJ/MUV****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0900156-02.2023.8.12.0016 e Autos n. SAJMP nº 08.2023.00082153-5

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo da Comarca de Mundo Novo, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>17</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0900156-02.2023.8.12.0016 e SAJMP nº 08.2023.00082153-5 em que constam como investigado(a/s) Valdeir Rodrigues, e vítima(s) P.M.L.P., conforme se transcreve: “em virtude falta de justa causa para a promoção da ação penal”

Mundo Novo, 01/02/2024

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0004/2024/02PJ/MUV****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0900410-72.2023.8.12.0016 e Autos n. SAJMP nº 08.2023.00143953-3

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo da Comarca de Mundo Novo, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>18</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0900410-72.2023.8.12.0016 e SAJMP nº 08.2023.00143953-3 em que constam como investigado(a/s) Olinda Franciozi e vítima(s) Maria Nilza Da Costa, conforme se transcreve: “ausência de justa causa mínima para a propositura da ação penal”.

Mundo Novo, 01/02/2024

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

17 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

18 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL N. 0005/2024/PJ/PTM**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, n. 444, Centro, Porto Murtinho/MS.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000022-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Rodrigo Macedo

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 4,54 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Urano, em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IBAMA n. Q49Q13VS.

Porto Murtinho, 26 de janeiro de 2024.

LIA PAIM LIMA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

---

**RIO NEGRO**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ3, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900002-48.2024.8.12.0048, em que constam como vítima João Moraes Vieira, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, em razão da ausência de justa causa para o oferecimento de ação penal, uma vez que não foi demonstrada a autoria do delito.”

Rio Negro, 01 de fevereiro de 2024.

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça